

Senado tem proposta para o déficit

Arquivo

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado criou ontem um grupo de trabalho para consolidar as propostas alternativas ao programa de ajuste fiscal. Esta subcomissão volta a se reunir hoje mesmo com o ministro Fernando Henrique Cardoso para apresentar, entre outras, a sugestão de que o déficit venha a ser parcialmente financiado com a emissão de títulos de médio e longo prazo lastreados nos dólares obtidos com as exportações brasileiras, algo assim como o eurobonus — títulos de captação lançados no mercado europeu por empresas privadas.

Nenhum senador descartou a possibilidade de aprovação da emenda que cria o Fundo Social de Emergência, hipótese rejeitada pelos deputados. Mas houve um aler-

ta para a dificuldade na aprovação do aumento das alíquotas.

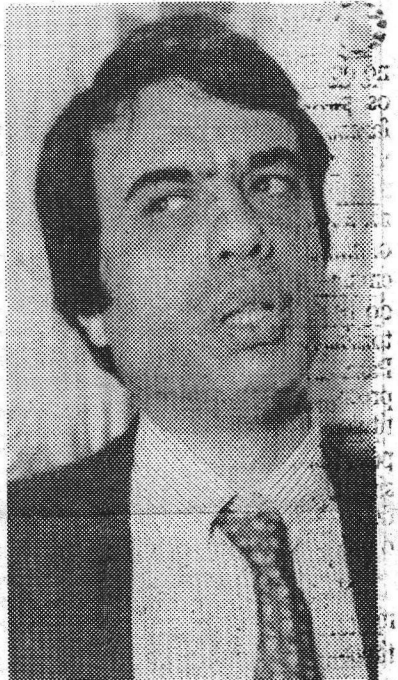
Acompanhado pelo deputado Luis Roberto Ponte, o senador Ronan Tito (PMDB-MG) estava empenhado em esclarecer porque com um aumento real de 38% na receita prevista para 1994, em relação a arrecadação realizada em 1992, o governo não conseguia cortar ainda mais fundo a proposta orçamentária. Ponte sugeriu ainda a redução dos incentivos que, segundo informações que ele teria obtido junto ao assessor especial Edmar Bacha, representam cerca de 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB), ou o dobro do acréscimo de receita que seria obtido com o aumento de 5% nas alíquotas dos impostos e contribuições.

O PMDB voltou a insistir na

idéia de transferir as atribuições na área de saúde para as prefeituras e propõe ainda eliminar os benefícios concedidos aos aposentados do setor público.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Raimundo Lira (PFL-PB) defendeu cortes no valor de US\$ 3,5 bilhões na nova proposta orçamentária ao invés de aumentar as alíquotas.

□ Os 50 prefeitos do PSDB reunidos ontem em Brasília reiteraram o apoio ao programa econômico do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e saíram do encontro convencidos de que seus municípios não serão prejudicados pelo corte de 15% nos Fundos de Participação constitucionais. O ministro garantiu que privilegiará os municípios menores e carentes.



Portugal: diminuição do custeio